



SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

- 04 **Conheça Nossos Os Projetos**
- 15 05 **Operação contra sonegação fiscal é deflagrada na Bahia, Ceará, Pernambuco e São Paulo**
- 06 **MP pede que Seap corrija falhas de segurança na Colônia Lafayette Coutinho**
- 07 **Ações do CIRA resultaram na recuperação direta de 53 milhões aos cofres estaduais**
- 08 **Operação Apostasia é deflagrada contra grupo suspeito de sonegar mais de 11 milhões**
- 09 **Ferramenta possibilita consulta unificada de antecedentes criminais**
- 10 **Podcast sobre Lei Maria da Penha está disponível nas plataformas de streaming**
- 11 **Novos parâmetros para monitoração eletrônica são debatidos em evento com pesquisa inédita**
- 12 **Covid 19: mesmo com avanços vacinação de presos segue abaixo da média geral
CNJ enfrenta desigualdade racial nos sistemas penal e socioeducativo**
- 13 **Poder Judiciário realiza encontro para definição de metas para 2022
Identificação civil de pessoas presas**
- 14 **Vara de audiência de custódia de Salvador retoma atividades presenciais
Regulamentação deve fortalecer papel das ouvidorias**
- 16 **Escuta dos policiais de Segurança Pública do Brasil**
- 17 **Debatedores na CDH divulgam boas práticas no combate à violência contra a mulher**
- 18 **Alerta celular: Em seis meses 843 celulares foram recuperados graças à plataforma**

Notícias do MP

MP/BA , CNJ e CNMP



Conheça nossos Projetos

CISP



Em 30 de junho de 2010, através do Ato Criação CISP 346 - 2010, o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública do Estado da Bahia – CISP, foi instituído com a finalidade de contribuir com um sistema de justiça criminal e de defesa social mais ágil e efetivo. É integrado por representantes de diversas instituições locais, estaduais e federais que atuam em segmentos que guardam relação com a segurança pública, o sistema de justiça, o sistema penitenciário, a problemática da violência e a defesa social.

COMPOSIÇÃO

O CISP Regional é composto por instituições públicas e privadas que têm relação direta ou indireta com a promoção da segurança pública e da defesa social no âmbito das regionais. As instituições participantes formam uma rede para apoiar, viabilizar, desburocratizar e integrar ações na área de segurança pública e defesa social.

Atualmente o Projeto possui 37 Comitês instituídos, sendo 4 implantados em 2021: Cruz das Almas, Cachoeira, Itaparica/Vera Cruz e Ipiau

[Veja o Vídeo Institucional - CISP - Ministério Público do Estado da Bahia](#)

CIRA



Em 29 de março de 2012, por intermédio do Decreto nº 13.843, foi criado o Comitê, que se dispôs a propor medidas para serem implementadas pelos Órgãos e Instituições Públicas, a fim de aprimorar e aperfeiçoar ações na busca da efetividade na recuperação de ativos de titularidade do Estado, a serem implementadas pelos órgãos e instituições públicas que o integram.

O projeto CIRA tem o objetivo de propor medidas técnicas, legais e administrativas no âmbito da recuperação de ativos, em ações conjuntas, coordenadas e planejadas. Atua recuperando ativos decorrentes de ilícitos penais, fiscais e administrativos e estabelece diretrizes para promover o desenvolvimento de ações operacionais integradas entre os órgãos e instituições envolvidas.

Atualmente o Projeto tem regionais em Vitória da Conquista, Itabuna, Feira de Santana, Camaçari, Barreiras

COMPOSIÇÃO

Presidente – Secretário da Fazenda,
Secretário – Geral – Ministério Público
Secretário de Segurança Pública,
Secretário da Administração,
Procurador-Geral do Estado,
Presidência do Tribunal de Justiça

CONVÊNIO DE FORÇA TAREFA

GAESF/MP
INFIP/SEFAZ
DECECAP/SSP
PROFIS/PGE
TJ/BA

[Veja o Vídeo Institucional - CIRA - Ministério Público do Estado da Bahia](#)

Operação contra sonegação fiscal é deflagrada na Bahia, Ceará, Pernambuco e São Paulo

Investigações apontam que grupo de comunicação visual teria sonegado mais de R\$ 15 milhões

A força-tarefa de combate à sonegação fiscal na Bahia deflagrou na manhã do dia 12 de novembro, a “Operação Impressão Digital”, que investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por um grupo empresarial do setor de materiais e equipamentos de impressão, envelopamento e comunicação visual, que teria sonegado mais de R\$ 15 milhões em impostos. Foram cumpridos dois mandados de prisão contra os gestores das empresas e 17 mandados de busca e apreensão, nas cidades de Salvador e Lauro de Freitas, na Bahia; Barueri, em São Paulo; Eusébio e Fortaleza, no Ceará; e Recife, em Pernambuco. Foi ainda determinado o bloqueio dos bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, a fim de garantir a recuperação dos valores sonegados.



As investigações identificaram fraudes no quadro societário das diversas empresas do grupo, criadas em nome de “laranjas”. Essas empresas eram posteriormente abandonadas e imediatamente sucedidas por outras, no mesmo segmento de mercado, deixando valores expressivos de débitos tributários e promovendo a blindagem patrimonial dos verdadeiros gestores do grupo. Segundo a força-tarefa, as atividades do grupo se estendem por vários estados da Federação e as manobras fraudulentas, adotadas para embarçar a fiscalização e sonegar mais tributos, foram interrompidas pela deflagração da Operação.

O esquema já funcionava há aproximadamente seis anos e envolvia pelo menos nove empresas. A princípio, foi observado que existia uma sucessão familiar e alterações forjadas nos quadros societários enquanto o mesmo sócio continuava à frente da empresa. Posteriormente, com o avanço da investigação, foram identificadas as “empresas laranjas”.

Durante a Operação, foram efetuadas as prisões temporárias do casal de sócios na sua residência, em Lauro de Freitas. Os dois serão encaminhados para custódia para cumprir os cinco dias de prisão temporária. Nas buscas, também foram apreendidos celulares e documentos e foram localizadas duas armas registradas, sem haver situação de flagrante. As pessoas físicas e jurídicas envolvidas tiveram seus bens bloqueados.

Em coletiva de imprensa virtual, junto à inspetora fazendária Sheilla Meirelles e à delegada da Polícia Civil Márcia Pereira, o promotor de Justiça Alex Neves destacou os danos que as lesões ao Fisco causam ao governo e aos cidadãos. “A sonegação fiscal causa graves prejuízos aos serviços públicos, que deixam de ser prestados em face dos valores sonegados à Fazenda estadual. Da mesma forma, termina por prejudicar os comerciantes e empresários que exercem sua atividade licitamente, arcando com todos os tributos, e acabam enfrentando a concorrência desleal de quem não arca com seus débitos e responsabilidades fiscais”. [...]



[Saiba mais. Notícia Adptada.](#)
[Fonte: MP/BA.](#)

MP pede que Seap corrija falhas de segurança na Colônia Lafayette Coutinho

O Ministério Público estadual acionou a Justiça para que, em caráter de urgência, determine à Secretaria de Administração Penitenciária da Bahia (Seap) a adoção de ações interventivas com o objetivo de coibir vulnerabilidades no sistema de segurança da Colônia Lafayette Coutinho. A ação, ajuizada no último dia 12 pela promotora de Justiça Andrea Ariadna, busca assegurar o adequado comprimento da pena, bem como a segurança do estabelecimento, seus servidores, internos e demais pessoas que frequentam o local, seja como apenados, funcionários, visitantes ou representantes processuais. “É flagrante a necessidade de adoção de medidas de forma imediata, visando a correção das falhas de segurança identificadas na Colônia Lafayette Coutinho, de forma a corrigir a fragilidade de segurança no perímetro e coibir a vulnerabilidade da unidade, fartamente atingida pela entrada de facas e drogas, que ingressam com facilidade e em elevado número”, salientou a promotora de Justiça.



A ação pede que a Justiça determine que a Seap aumente o quantitativo de policiais penais e agentes penitenciários na Colônia Penal Lafayette Coutinho, para cumprir a proporção de cinco agentes para cada interno, atendendo o que determina o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Pede ainda que o judiciário estabeleça a imediata ocupação pela Polícia Militar nas guaritas de segurança que estão desocupadas na colônia penal, bem como a realização de reformas para adequar os espaços. Também que se determine a colocação de rede ou tela de material resistente nas partes abertas do telhado das galerias da unidade, para “criar uma barreira física naquele ponto, que consiste no ponto-alvo dos arremessos”, por meio dos quais “facas, drogas e outros materiais” entram na unidade. Com a mesma finalidade, pede que a Justiça estabeleça que se coloque telas, grades ou alambrados ao redor do muro da unidade, com altura mínima de cinco metros acima do nível do solo ou, alternativamente, implemente outra barreira física “eficiente e pouco dispendiosa, como solução provisória”, para criar o isolamento da estrutura predial. Requer ainda que o Judiciário determine a recuperação, reforma ou substituição da escada de metal que dá acesso às passarelas de vigilância, “de forma a garantir o adequado estado de conservação da estrutura e, conseqüentemente, a segurança dos servidores que a utilizam”. A ação levou em consideração que os problemas envolvendo a segurança da colônia penal representam “violação flagrante à função ressocializadora da pena” e “ameaçam a paz e a ordem que devem vigorar no estabelecimento prisional”. interrompidas pela deflagração da Operação.

Ações do Cira resultaram na recuperação direta de R\$53 milhões aos cofres estaduais

Reunião apresenta balanço de atividades na recuperação de ativos em 2021

Os integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) se reuniram na manhã desta quinta-feira (9) na sede do Ministério Público estadual, no CAB, onde foram apresentadas as principais ações desenvolvidas pelo Comitê em 2021. Na ocasião, a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti agradeceu a atuação do Cira, cujas ações resultaram na recuperação direta de R\$ 53 milhões aos cofres estaduais. “Vivemos momentos difíceis mas precisamos ter otimismo em dias melhores”, destacou a chefe do MP baiano Norma Cavalcanti. Ela dividiu a mesa de abertura com o secretário estadual da Fazenda (Sefaz), Manoel Vitorio da Silva; a procuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Wanda Valbiraci; e os desembargadores Livaldo Britto, Maria de Lourdes Pinho Medauar e Geder Luiz Rocha Gomes.

“Vivemos uma situação difícil e agradeço a gestão de Norma Cavalcanti pela sensibilidade em manter e incentivar que o Cira tivesse continuidade com a realização de reuniões virtuais durante a pandemia. A repercussão das nossas ações é ainda maior que os R\$ 53 milhões recuperados, pois nossa atuação faz com que esses contribuintes entendam que não ficarão impunes”, destacou o secretário da Sefaz, Manoel Vitorio. Também participaram da reunião os promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, secretário-geral do Cira e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp); e Hugo Casciano de Sant’Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular (Gaesf). Ele apresentou um balanço das operações de recuperações de ativos que foram deflagradas pelo Gaesf em conjunto com instituições que fazem parte do Cira e falou sobre a importância da interiorização do Cira, que possui comitês regionais em Vitória da Conquista, Feira de Santana e Barreiras.

No total, foram realizadas cinco operações e foram recuperados R\$ 53 milhões aos cofres estaduais. Do total, R\$ 40 milhões foram recuperados a partir das operações e os R\$ 13 milhões restantes por meio de procedimentos investigatórios criminais. Com a participação do MP, por meio do Gaesf em conjunto com os promotores de Justiça das Promotorias Regionais de Combate à Sonegação Fiscal de Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Itabuna e Vitória da Conquista, a força-tarefa investigou esquemas criminosos contra a ordem tributária cujo valor sonegado já supera o montante de R\$ 600 milhões apenas neste ano. As operações deflagradas em 2021 foram a 'Marca-Passo', 'Panaceia', 'Corações de Ferro', 'Invólucro' e 'Impressão Digital'. Elas resultaram em nove prisões e no cumprimento de 50 mandados de busca e apreensão nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Ilhéus e Irecê. Além do Gaesf, compõem a força-tarefa a Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), e a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) da Sefaz. As ações e operações são planejadas pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), formado pelo MP, Sefaz, SSP, Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ) e Procuradoria Geral do Estado (PGE). [...]

“Há também a previsão de abertura do Cira em Itabuna”, destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano. Na ocasião, ele apresentou também as atividades desenvolvidas pelo Gaesf e Promotorias de Justiça Regionais incluindo o ajuizamento de 27 ações cautelares, entre solicitações de afastamentos de sigilos bancário e fiscal, pedidos de interceptação telefônica, de sequestro de bens e de prisões temporárias. Além disso, foram interpostos dez recursos, abertos 29 Procedimentos Investigatório Criminal (PICs), realizadas 30 audiências e oferecidas 29 denúncias à Justiça contra empresários sonegadores, com expectativa de recuperação ao fisco estadual de cerca de R\$ 733 milhões.

Saiba mais. Fonte: MPBA



Operação Apostasia' é deflagrada contra grupo suspeito de sonegar mais de R\$ 11 milhões

Um grupo empresarial do ramo de supermercados de Alagoinhas, suspeito de sonegar mais de R\$ 11 milhões de reais ao fisco estadual, é alvo da 'Operação Apostasia', deflagrada na manhã desta terça-feira, 14 de dezembro, pela força-tarefa de combate à sonegação fiscal na Bahia. Os gestores do grupo são suspeitos de praticar crimes de sonegação fiscal, associação criminosa e lavagem de dinheiro. Foram cumpridos um mandado de prisão temporária e 23 mandados de busca e apreensão nos municípios de Alagoinhas e Feira de Santana. O grupo é formado por 15 empresas.

Segundo a força-tarefa, o esquema criminoso consistia na constituição de várias empresas, em nome de 'laranjas', com o fim de sonegar impostos sistematicamente. As empresas devedoras eram abandonadas, sendo imediatamente substituídas por novos estabelecimentos em nome de outros laranjas. Durante as investigações, foi constatado que, com o produto da sonegação fiscal, o grupo efetuou aplicações financeiras e adquiriu imóveis, automóveis e uma moto aquática. Todos os bens identificados foram bloqueados pela Justiça a pedido da força-tarefa e servirão ao ressarcimento ao erário estadual.

A operação é fruto da ação articulada da força-tarefa de combate à sonegação Fiscal, formada pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf); da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, por meio da Diretoria de Administração Tributária da Região Norte (DAT-Norte) e da Inspeção de Investigação e Pesquisa (Infip); e da Polícia Civil da Bahia, por meio da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap), da Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD) e do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco).



Ferramenta possibilita consulta unificada de antecedentes criminais

O Plenário Virtual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou Recomendação (Ato Normativo 0007535-72.2021.2.00.0000) para que juízas e juízes utilizem a ferramenta para consulta unificada de antecedentes criminais. A medida alcança também os tribunais com jurisdição criminal que, além de empregá-la, devem divulgar e estimular o uso da ferramenta.

A Recomendação foi elaborada a partir de proposta apresentada pelo Comitê de apoio técnico à gestão negocial de ferramenta para consulta unificada de processos criminais, criado pela [Portaria CNJ n. 164/2021](#) para avaliar a viabilidade e confiabilidade da ferramenta, que já está disponível na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ). Por meio dela, é possível executar consultas amplas e unificadas à base de dados do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que centraliza a gestão de processos de execução penal em todo o país. A medida, que tem o objetivo de uniformizar procedimentos e agilizar a consulta de antecedentes criminais, foi aprovada por unanimidade na 95ª Sessão Virtual, encerrada em 22 de outubro.

[Continue a leitura. Notícia CNJ.](#)
[Fonte: MPBA](#)

Cooperação

A ferramenta para consulta unificada de antecedentes criminais foi desenvolvida a partir de trabalho conjunto realizado pelo CNJ – por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI), do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – e Superior Tribunal Militar (STM). A cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades está prevista na [Resolução CNJ n. 350/2020](#).

Relator da norma, o conselheiro Mário Guerreiro destacou que a ferramenta para consulta unificada de antecedentes criminais será de grande utilidade para a jurisdição criminal ao possibilitar acesso aos dados processuais de todo o país por meio de um único acesso. Segundo ele, o cenário atual, que registra expansão da criminalidade organizada com atuação em diversos estados da federação e até no exterior, amplia a importância da realização de consultas unificadas e garante maior eficiência aos órgãos de jurisdição criminal.

Novos parâmetros para monitoração eletrônica são debatidos em evento com pesquisa inédita

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou, nessa quarta-feira (17/11), a pesquisa “Monitoração Eletrônica Criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil”, com diagnóstico inédito sobre a monitoração eletrônica criminal a partir dos diferentes atores envolvidos nesse processo e de dados disponíveis sobre o tema. O evento seguiu com debate sobre a [Resolução CNJ n. 412/2021](#), que estabelece diretrizes e procedimentos para qualificação da atuação do Judiciário na aplicação e no acompanhamento da medida. A atividade integra o [programa Fazendo Justiça](#), parceria do CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e apoio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para incidir em desafios no campo da privação de liberdade. [...]

A relevância da normativa e da pesquisa considerando os contextos regionais foram destacadas pela representante da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Vanessa Cavallazzi. Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça do Pnud, Moema Freire disse que o acesso à Justiça, o enfrentamento do superencarceramento e a promoção da cidadania para pessoas privadas de liberdade estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. “Para o alcance da aplicação dos serviços de monitoração eletrônica com base na legalidade e garantia de direitos, é indispensável que haja ampliação do debate entre a comunidade jurídica e atores do Poder Executivo. Com uma justiça mais inclusiva e efetiva, todos ganham na sociedade.”

Diagnóstico inédito

A pesquisa foi realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (Crisp/UFMG) incluiu levantamento em diferentes capitais entre outubro de 2019 e março de 2021. Houve análise de autos processuais, entrevistas e observação de campo junto a magistrados e magistradas, gestores das centrais de monitoração, profissionais das equipes multidisciplinares e pessoas monitoradas. “Os principais objetivos da pesquisa são compreender o lugar da monitoração eletrônica na redução da superlotação e superpopulação prisional, entender os dilemas relativos aos serviços a partir do Poder Judiciário e do Executivo e das pessoas monitoradas, bem como produzir conhecimento”, explicou a subcoordenadora do Crisp, Andréa Silveira. [...]

Resolução CNJ n. 412/2021

A programação da tarde foi iniciada com o detalhamento da [Resolução CNJ n. 412/2021](#), cujo texto teve colaboração de diversos atores da justiça criminal antes de ser aprovado no CNJ. A especialista em monitoração eletrônica do Fazendo Justiça, Izabella Pimenta, explicou que a normativa racionaliza a máquina administrativa judiciária, reduz atos processuais e gera economia de recursos financeiros e humanos, além de proporcionar segurança jurídica a todos os envolvidos, resguardar a tutela jurídica e garantir os direitos fundamentais da pessoa monitorada. [...]

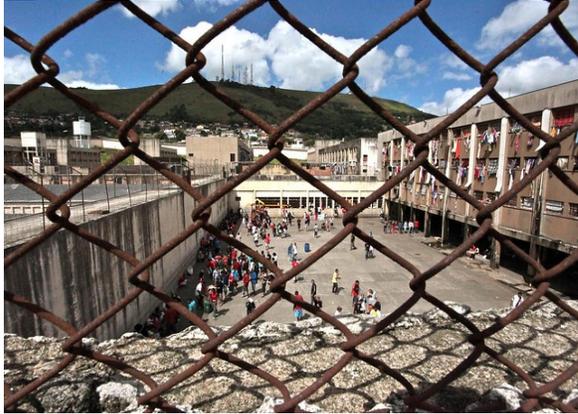


[Veja mais ações sobre monitoração eletrônica no canal do CNJ no YouTube](#)

[Reveja o evento no canal do CNJ no YouTube](#)

[Leia completa. Notícia Adaptada. Fonte: CNJ](#)

Covid-19: mesmo com avanços, vacinação de pessoas presas segue abaixo da média geral



Um total de 510.425 pessoas privadas de liberdade já receberam a primeira dose da vacina contra a Covid-19, o que corresponde a 67,7% da população carcerária no Brasil. No caso da segunda dose ou única, o índice é de 50,1%, de acordo com dados informados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por autoridades locais.

Os índices estão abaixo dos verificados entre a população em geral, onde 73,7% já tomou ao menos a primeira dose do ciclo de imunização e 59,4% a segunda dose ou dose única. No caso de servidores de estabelecimentos prisionais e de unidades socioeducativas a defasagem é ainda maior: 60,4% estão apenas com a primeira dose e 47,6% com o ciclo de duas etapas completo.

Os números fazem parte de levantamento realizado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ. O acompanhamento conta com o auxílio do programa Fazendo Justiça – parceria do CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a superação de desafios estruturais nos sistemas de privação de liberdade. [...]

CNJ enfrenta desigualdade racial nos sistemas penal e socioeducativo

A desigualdade brasileira é histórica e sistêmica e tem na população negra sua maior vítima. Ainda que correspondam a pouco mais da metade da população (56%), são a maioria das pessoas assassinadas (78%), das vítimas de latrocínio (64%) e de feminicídio (61,8%), segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De igual modo, estão sobrerrepresentadas no sistema penitenciário, dado que 66% das pessoas encarceradas são negras, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) – número que pode ser ainda maior, pois não há dados sobre raça e cor de mais de 20% desta população. [...]



Atento a esse contexto de forma a aprimorar a prestação de justiça criminal e de execução penal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), vem trabalhando o enfrentamento à desigualdade racial de forma transversal às ações do [Programa Fazendo Justiça](#). Desde 2019, o programa trabalha soluções para superação de problemas estruturais no campo da privação de liberdade, com o apoio do Depen.

Uma das ações é justamente para a qualificação de dados a partir do aperfeiçoamento de campos cadastrais relacionados a raça e etnia nos sistemas eletrônicos geridos pelo DMF/CNJ. O objetivo é fomentar a visibilidade deste e de outros temas relacionados a [populações específicas e em vulnerabilidade](#). [...]

Poder Judiciário realiza encontro para definição de metas de 2022

O futuro da Justiça brasileira estará em debate durante o 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorreu nos próximos dias 2 e 3 de dezembro. O evento realizado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mobiliza todos os tribunais, principalmente as pessoas integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, responsáveis pela área de Gestão Estratégica e da área de estatística. O presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, fará a Conferência Magna do evento.

Durante o encontro, presidentes dos 91 tribunais aprovam as metas nacionais e as metas específicas dos segmentos de Justiça para o ano de 2022. O Encontro Nacional também é marcado pela entrega do [Prêmio CNJ de Qualidade](#) para os órgãos que se destacaram em diferentes dimensões. O 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário ocorrerá por meio da plataforma Cisco Webex e os *links* para as inscrições já foram enviados, por meio de ofício, aos tribunais.

Para a realização do evento, o CNJ promoveu, de forma virtual, duas reuniões preparatórias. A primeira, no dia 11 de maio, debateu a execução e o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. Na ocasião, também ocorreu o lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade – Edição 2021. [...]



A realização dos Encontros Nacionais do Poder Judiciário está prevista no artigo 17 da [Resolução CNJ n. 325/2020](#). Neste ano, o início das atividades está marcado para as 10h30 do dia 2 de dezembro, quando haverá o credenciamento eletrônico dos participantes seguido da solenidade de abertura e da Conferência do ministro Luiz Fux. Na sequência, será apresentado um panorama com os resultados alcançados pelos Tribunais Superiores em 2021. O período da tarde será reservado para reuniões setoriais das Corregedorias e dos segmentos de Justiça. [...]

[Leia mais.](#)

[Veja mais. Notícia Adaptada.](#)

[Fonte: CNJ](#)

Identificação civil de pessoas presas: lançamentos pelo país começam no MT

Reforçada na agenda de debates públicos, conforme mostrou a edição 2021 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a importância de garantir registro civil e documentos a toda a população é foco de ação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) voltada para pessoas privadas de liberdade. Na sexta-feira (19/11), foi realizado, no Mato Grosso, o [primeiro lançamento de fluxos permanentes de identificação civil por a emissão de documentos no país](#)

. Até o final do ano, haverá inaugurações oficiais em Mato Grosso do Sul, Maranhão, Tocantins e Piauí, com novas missões agendadas em 2022. Coordenada pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ) desde 2019, a ação envolve a articulação de mais de 150 parceiros locais e nacionais, entre eles o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen). Inédita na América Latina, a iniciativa integra um dos eixos estratégicos do [programa Fazendo Justiça](#), parceria entre CNJ e Pnud, com apoio do Depen, para superação de desafios no campo da privação de liberdade.

Documento Já!

Em 2017, dados do Executivo Federal coletados em 14 estados indicavam que oito entre dez pessoas privadas de liberdade não tinham documento em seus prontuários. Em oficinas realizadas pelo programa Fazendo Justiça, a ausência de documentos é constantemente citada como um dos maiores obstáculos para a retomada da vida em sociedade. Em 2019, o CNJ traçou diretrizes de atuação sobre o tema com a [Resolução CNJ n. 306/2019](#). [...]

[Continue a sua leitura. Fonte: CNJ](#)

[Fonte: MP/BA](#)

Vara de Audiência de Custódia de Salvador (BA) retoma atividades presenciais

Desde o dia 16 de novembro, data que marcou o início das novas diretrizes do [Tribunal de Justiça da Bahia \(TJBA\)](#) sobre as atividades presenciais durante a pandemia da Covid-19, a Vara de Audiência de Custódia de Salvador voltou a realizar audiências com a presença dos envolvidos no local. Até a sexta-feira (19/11), foram registradas 29 audiências na unidade.

As audiências são realizadas seguindo os protocolos de prevenção ao novo coronavírus, como o uso de máscaras e a higienização do local, e ocorrem sob a presidência da juíza Ivana Carvalho Silva Fernandes. Além dela, participam presencialmente advogados, advogadas e membros da Defensoria Pública. Representantes do Ministério Público optaram por continuar participando virtualmente.

Para Ivana Carvalho, a importância do retorno das audiências de custódia semipresenciais amplia a possibilidade de, após o relato da pessoas presas, verificar se houve maus tratos, tortura física, psicológica ou qualquer tipo de ameaça, bem como as circunstâncias da prisão. Ela acrescenta que, com a presença física da magistratura, essas pessoas se sentem mais seguras em relatar os fatos.



Regulamentação deve fortalecer papel das ouvidorias

As ouvidorias judiciárias devem ser órgãos ativos, que não apenas recebem manifestações, mas que também procuram soluções e propõem medidas de defesa dos direitos dos usuários. Regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da [Resolução n. 432/2021](#), a atividade tem enfrentado desafios referentes ao aumento qualitativo das demandas e a necessidade de estruturação dos serviços.

Em debate promovido durante a 29ª Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv), realizado nessa quinta-feira (25/11), a ouvidora-geral do CNJ, conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, apontou o crescimento das manifestações recebidas pela Ouvidoria Nacional em 2021, em comparação ao ano anterior – cerca de 20% a mais. [...]

Estatísticas nacionais

Segundo dados apresentados pela conselheira Tania Regina Silva Reckziegel, o principal assunto recebido pela Ouvidoria do CNJ é referente ao andamento processual. O tema representou 65,6% das manifestações em 2020, mantendo o padrão dos últimos anos. Em relação aos ramos da Justiça, considerando as ações em tramitação, a Justiça Estadual aparece em 74,1% das manifestações recebidas pelo CNJ, seguida pela Justiça Federal (13,2%) e pela Justiça do Trabalho (6,7%).

Quanto à Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), em 2021, o CNJ recebeu 334 pedidos. Desses, 52,7% acabaram atendidos; e em 33,2% não houve atendimento por falta de informações; 0,9% foi considerado insuficiente para compreensão, solicitando-se mais dados ao interessado; 10,2% foram indeferidos justificadamente; e 3% ainda estão em aberto. [...]

Notícias Externas

MJSP, DEPEN, SSP e outras



Escuta dos Policiais de Segurança Pública do Brasil

O que pensam os profissionais de segurança pública sobre suas carreiras, o modelo de organização brasileiro das polícias e o sistema de justiça criminal? Em que medida vêm sendo vitimados e têm seus direitos violados? Essas e outras questões nortearam o mais recente processo de escuta destes profissionais empreendido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP.

Esta pauta – escutar e compreender, de forma qualificada, os profissionais de segurança – é preocupação permanente do FBSP que, em 2014, produziu a pesquisa “Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública”¹; em 2015, o estudo “As mulheres nas instituições policiais”², que abordou questões de discriminação e violência de gênero e carreira; e, também em 2015, realizou a “Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre os profissionais do sistema de segurança pública”³. Em 2021, considerando todas as peculiaridades dos tempos atuais, que vão desde a pandemia, até as imbricações entre os profissionais de segurança e as pautas políticas do país, inclusive com sua crescente participação nas disputas eleitorais, o FBSP voltou a colher as opiniões sobre temas de interesse contínuo – como condições de trabalho, carreira e vida, opiniões sobre o papel e a atuação das corporações e temas gerais sobre segurança pública -, e incluiu a questão da Covid-19, buscando lançar luz aos principais desafios desse segmento profissional diante de um fenômeno tão importante.

Para tanto, foram ouvidos, por meio de um questionário eletrônico, 9.067 profissionais de segurança de todas as Unidades Federativas e corporações policiais brasileiras entre abril e maio de 2021. O questionário aplicado contou com 71 perguntas, divididas em quatro seções: 1) Perfil pessoal e profissional; 2) Reforma e modernização das polícias, vitimização policial e discriminação; 3) Impactos da Covid-19 na atividade policial; 4) Saúde mental.

[Acesse ao relatório de pesquisa e o infográfico.](#)



Debatedores na CDH divulgam boas práticas no combate à violência contra a mulher

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debateu nesta segunda-feira (6) experiências consideradas como boas práticas no combate à violência contra a mulher. Representantes do Senado, do Ministério Público e do Poder Executivo participaram da audiência pública, sugerida pela senadora Leila Barros (Cidadania-DF). [...]

A senadora lembrou que 6 de dezembro é o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Instituída pela Lei 11.489, de 2007, a data remete a um crime ocorrido em 1989, no Canadá. Um jovem de 25 anos invadiu uma sala de aula, ordenou que os homens se retirassem, assassinou 14 mulheres e em seguida cometeu suicídio. Em uma carta, ele escreveu que não suportava a ideia de ver mulheres estudando engenharia.

A audiência pública integra ainda a campanha 16 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero, iniciativa patrocinada pelo Centro para Liderança Global das Mulheres e que motivou [sessão solene](#) do Congresso, em 25 de novembro. [...]

'Gambiarra'

A promotora Sara Gama Sampaio, do Ministério Público da Bahia, destacou o protagonismo do Poder Legislativo no desenvolvimento de boas práticas. Ela disse que projetos aprovados no Parlamento se tornaram leis que fortalecem o combate à violência contra a mulher: a Lei Maria da Penha ([Lei 11.340, de 2006](#)), a Lei do Stalking ([Lei 14.132, de 2021](#)) e o Formulário Nacional de Avaliação de Risco ([Lei 14.149, de 2021](#)). [...]

Casa da Mulher Brasileira

O debate contou ainda com a presença de Valeria Laval, coordenadora do programa Mulher, Viver sem Violência. Ligada ao Ministério da Mulher, a iniciativa é responsável pela implantação de unidade da Casa da Mulher Brasileira. Segundo a coordenadora, o país conta com sete estabelecimentos em funcionamento e outros 30 em fase de execução.



Alerta Celular: Em seis meses, 843 celulares foram recuperados graças à plataforma

A plataforma “Alerta Celular” auxiliou na recuperação de 843 aparelhos celulares roubados nos últimos seis meses, de maio, quando foi lançada, até o fim de novembro deste ano. Os dados são da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-BA). Entre janeiro e abril 170 aparelhos haviam sido recuperados e devolvidos aos donos. Quando apresentada, a SSP pretendia que a plataforma aumentasse esse número.

A Bahia registrava entre janeiro a abril, antes do lançamento da plataforma, 10 mil ocorrências de tentativa, roubo ou furto de aparelhos celulares. A SSP não informou o número atualizado até novembro. [...]

Até o dia 30 de novembro foram realizados 27.239 cadastros no portal Alerta Celular ([disponível aqui](#)). Na plataforma, o cidadão deve cadastrar o número de IMEI do aparelho e, em caso de roubo, acionar em até 48 horas. A SSP destaca o cadastro precisa ser feito por um maior de idade e que, em caso de roubo, o alerta deve ser feito pelo próprio cidadão e estar vinculado ao registro da ocorrência na delegacia digital ou em unidade da Civil mais próxima. [...]

A SSP destaca que há uma média de 1.090 cadastros de aparelhos e de 115 aparelhos recuperados por mês. A pasta atribui à plataforma Alerta Celular a mudança identificada na postura dos cidadãos vítimas de furto ou roubo. “Muitas pessoas não procuravam a polícia para registrar o Boletim de Ocorrência por não acreditar que o seu aparelho poderia ser recuperado. Com o Alerta Celular essas chances aumentam exponencialmente”, afirma a SSP em nota enviada ao Bahia Notícias, ao acrescentar que com o registro, automaticamente aquele aparelho estará com restrição, podendo ser apreendido durante uma ação policial.



Expediente

Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP

Coordenador

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

 ceosp@mpba.mp.br

71 3103-0381

71 3103-0382

71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

índice

